

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Marcos Antonio de Melo

Considerações Sobre a Tendência ao
Esgotamento do Modelo de Cresci-
mento da Agricultura Nordestina Ba-
seado nas Atividades de Subsistên-
cia.

MONOGRAFIA APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

RIO DE JANEIRO - 1982

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

198207 1218

T/EBAP M528c



1000021333

Considerações Sobre a Tendência ao
Esgotamento do Modelo de Cresci-
mento da Agricultura Nordestina Ba-
seado nas Atividades de Subsistên-
cia.

MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA

Por: **Marcos Antonio de Melo**

E APROVADA EM 19.05.1982

PELA COMISSÃO JULGADORA:

Isabel Gómez de Souza

IZABEL GÓMEZ DE SOUZA

Claudio Roberto Contador

CLÁUDIO ROBERTO CONTADOR

Luciano Zajdszajder

LUCIANO ZAJDSZAJDER

AGRADECIMENTOS :

A Ione minha mulher e às minhas filhas Gabriela e Daniela pelo sacrifício que lhes impus em virtude da minha ausência durante a realização do curso de mestrado.

A Professora Izabel Gómez de Souza pela competente orientação prestada durante a elaboração desta monografia.

Aos Professores Cláudio Roberto Contador e Luciano Zajdsznajder por terem aceito o convite para compor a Comissão Julgadora desta monografia.

Ao Professor Antonio Vieira da Costa pela revisão crítica e sugestões apresentadas à versão final.

R E S U M O

Esta monografia tem como objetivo principal o exame da tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina baseado nas atividades de subsistência.

Procura, a partir de uma base teórica calcada no recente 'desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Nordeste, explicar a perspectiva da perda de dinamismo do processo de crescimento agrícola extensivo na região, cujo suporte tem sido a pequena unidade familiar de produção.

Dessa forma, ao se substituir as ditas relações de produção "pré-capitalistas" ainda vigentes tipo pequeno arrendamento, parceria, morador, etc. pelo trabalho assalariado, o resultado tem sido o aumento do desemprego rural e a queda no ritmo de crescimento da produção básica de alimentos. Neste sentido, contesta-se a teoria através da qual o fraco desempenho, em anos recentes, do setor agrário regional é reputado à completa ausência de modernização do setor. Na realidade, o cerne da questão se assenta cada vez mais na crescente impossibilidade de acesso à terra pelo pequeno agricultor do Nordeste.

As consequências desse processo tem sido a expulsão do homem do campo e a sua subproletarização no espaço urbano.

Dessa forma contesta-se, também, a concepção pela qual se explica que o deslocamento de populações de áreas rurais para as cidades é devido às melhores oportunidades de emprego e a possibilidade de uma vida mais confortável nestas . Na verdade, o chamado êxodo rural é uma forma de mistificar a expulsão pura e simples do pequeno agricultor do campo.

Procura-se, enfim, à luz da bibliografia existente e a partir de dados empíricos, mostrar que está tendendo para a inexequibilidade a reprodução extensiva do crescimento histórico da agricultura nordestina.

S U M Á R I O

I	-	INTRODUÇÃO	5.
II	-	ESTRUTURA DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA NORDESTINA	8.
		1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS	8.
		2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E CRESCIMENTO EXTENSIVO	16.
		2.1. Distribuição e Área dos Estabelecimentos Agrícolas	16.
		2.2. Distribuição da Força de Trabalho Rural	20.
		2.3. Crescimento Extensivo no Período 1940/1975	21.
		a) Ampliação da Fronteira Agrícola nos anos 40	21.
		b) Crescimento Extensivo na Década 1950/1960	23.
		c) Crescimento Extensivo na Década 1960/1970	27.
		d) Tendência do Crescimento na Década dos anos 70 (1970/1975)	33.
		3. AS RECENTES MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	36.
III	-	TENDÊNCIA AO ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO EXTENSIVO BASEADO NA REPRODUÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA	47.
		1. A PRESSÃO DEMOGRÁFICA SOBRE O PEQUENO ESTABELECIMENTO	47.
		2. REDUÇÃO DA PRODUÇÃO INTERNA DE SUBSISTÊNCIA	51.
		3. FECHAMENTO E LIMIAR DA FRONTEIRA AGRÍCOLA	53.
IV	-	O AVANÇO DA PECUÁRIA E O ARREFECIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DE SUBSISTÊNCIA	56.
V	-	CONCLUSÕES	65.

L I S T A D E T A B E L A S

1. NORDESTE.	Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas, segundo Grupos de Áreas, 1940/1975	18.
2. NORDESTE.	Acrêscimo Percentual do Número de Estabelecimentos e Respectivas Áreas, por Grupos de Áreas , 1940/1975	19.
3. NORDESTE.	Pessoal Ocupado no Setor Agrícola, 1950/1975....	21.
4. NORDESTE.	Acrêscimos de Área, 1940/1950	22.
5. NORDESTE.	Acrêscimos de Área, 1950/1960	23.
6. NORDESTE.	Variação do Pessoal Ocupado no Setor Agrícola , 1950/1960	25.
7. NORDESTE.	Áreas de Lavouras dos Estabelecimentos Agrícolas, por Grupos de Áreas, 1950/1960	26.
8. NORDESTE.	Fontes do Crescimento de 19 Produtos Agrícolas , 1948/1950 e 1959/1961	27.
9. NORDESTE.	Acrêscimos de Área, 1960/1970	28.
10. NORDESTE.	Variação do Pessoal Ocupado, 1960/1970	30.
11. NORDESTE.	Áreas de Lavouras dos Estabelecimentos Agrícolas, por Grupos de Áreas, 1960/1970	31.
12. NORDESTE.	Fontes do Crescimento de Produtos, 1959/1961 a 1967/1969.....	32.
13. NORDESTE.	Acrêscimos de Área, 1970/1975	33.
14. NORDESTE.	Variação do Pessoal Ocupado, 1970/1975	34.
15. NORDESTE.	Número de Arrendatários e Relação entre Acrêscimos de Área e Acrêscimos no Número de Arrendatários, 1950/1975	40.
16. NORDESTE.	Áreas de Culturas Permanentes e Áreas de Pastagens nos Estabelecimentos com mais de 100 hectares, 1950/1975	41.

17. NORDESTE.	Número de Parceiros, 1950/1975	43.
18. NORDESTE.	Área Média dos Pequenos Estabelecimentos, 1940/1975	48.
19. NORDESTE.	Relação Área/População nos Estabelecimentos com menos de 10 hectares, 1950/1975	49.
20. NORDESTE.	Relação Área/População Ocupada nos Estabelecimentos com menos de 10 hectares, 1950/1975	50.
21. NORDESTE.	Valor da Comercialização de Feijão Mulatinho nas CEASA's de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió, segundo a Procedência, 1973	53.
22. NORDESTE.	Relação Área/População Ocupada nos Estabelecimentos com menos de 10 hectares, referente ao Nordeste e aos Estados do Maranhão e Bahia, 1950/1975..	55.
23. NORDESTE.	Utilização das Terras, 1950/1975	57.
24. NORDESTE.	Utilização das Terras, segundo Grupos de Áreas, 1950	60.
25. NORDESTE.	Utilização das Terras, segundo Grupos de Áreas, 1960	61.
26. NORDESTE.	Utilização das Terras, segundo Grupos de Áreas, 1970	62.
27. NORDESTE.	Utilização das Terras, segundo Grupos de Áreas, 1975	63.
28. NORDESTE.	Utilização das Terras, nos Estabelecimentos com menos de 5 hectares, 1950/1975	64.

I. INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta monografia foi a constatação empírica do expressivo crescimento demográfico ocorrido no interior do pequeno estabelecimento agrícola com área inferior a 10 hectares, no Nordeste. Com efeito, a relação área/população ocupada que era 1,08 em 1950 reduziu-se para 0,84 em 1975. Constatou-se, outrossim, que entre os anos de 1970 e 1975 esta redução foi aproximadamente igual à verificada entre os anos de 1950 e 1970. Mais ainda: nos pequenos estabelecimentos com menos de 5 hectares, nos quais em 1975 estava concentrada quase a metade da população ocupada em todo o setor rural da região, a citada relação que se manteve constante nos anos de 1960 e 1970 (0,66) caiu para 0,60 em 1975. Por outro lado, constatou-se, também, que o tamanho médio da pequena unidade de produção agrícola com menos de 10 hectares que em 1950 era de 3,6 hectares envolveu para 2,6 hectares em 1975.

Este aumento da pressão demográfica sobre a pequena unidade familiar de produção chamou a atenção pelo fato dessas unidades responderem pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região. Dessa forma, considerando o baixo nível tecnológico de produção prevalecente nesses minifúndios e com isso a impossibilidade da produção crescer intensivamente, chega-se à suposição de que o processo de crescimento extensivo (terra mais mão-de-obra) estaria chegando ao seu limite, isto é, tendendo ao esgotamento.

Constatou-se ainda, que a medida que a população ocupada crescia significativamente no interior do pequeno estabelecimento, relativamente decrescia no grande. De fato, em 1950 os estabelecimentos com tamanho inferior a 10 hectares abrigavam cerca de 35% da população ocupada no setor rural nordestino ao passo que os grandes (mais de 100 hectares) concentravam 27%. Já em 1975 estes percentuais eram de 59% para o pequeno e 12% para o grande.

A suposição era de que a redução do emprego (em relações de produção específicas) de trabalho humano no grande estabelecimento, ao longo do tempo, estaria provocando a concentração populacional no pequeno, além do próprio crescimento vegetativo no seio deste. Esta hipótese, por sua vez, explicava o avanço da pecuária nas áreas semi-áridas e sertanejas do Nordeste. Assim, a formação de pastagens estaria acarretando o desemprego e a redução da produção agrícola de subsistência no interior do grande estabelecimento. Portanto, ao se intensificar o deslocamento da força-de-trabalho dos grandes, para os pequenos estabelecimentos agrícolas o resultado seria o aumento da pressão demográfica sobre estes.

No Capítulo I, à luz de bibliografia especializada, se pesquisou o processo de ocupação econômica do espaço regional do Nordeste. Para fins de método, a descrição deste processo se alicerçou numa abordagem histórico-estrutural.

O Capítulo II, foi dividido em três partes. Na primeira, se procura estatisticamente caracterizar o perfil da estrutura de propriedade da região. Na segunda, se examina o processo extensivo de crescimento da economia agrícola nordestina nos subperíodos 1940 a 1950, 1950 a 1960, 1960 a 1970 e 1970 a 1975. Na terceira se tenta mostrar as recentes mudanças nas relações de produção, tendo-se como escopo teórico o avanço do capitalismo, aqui entendido como o trabalho assalariado na agropecuária nordestina.

No Capítulo III se quantifica algumas variáveis passíveis de constatar a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo da produção agrícola ainda prevalecente no Nordeste, ao tempo em que se mostra a impossibilidade do modelo se reproduzir plenamente ao longo do deslocamento da fronteira agrícola.

O Capítulo IV é dedicado à pecuária e nele se correlaciona o avanço desta com a perspectiva de exaustão da agricultura de

subsistência.

Finalmente no Capítulo V são colocadas as conclusões mais fun
damentais desta monografia.

Convém ressaltar por último, que as análises empíricas conti
das neste trabalho se basearam preponderantemente em informa
ções dos Censos Agropecuários realizados pela Fundação IBGE.

II - ESTRUTURA DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA NORDESTINA

1) ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Já é bastante conhecido o importante papel que desempenha os pequenos estabelecimentos agrícolas no âmbito da agricultura nordestina. Eles, de fato, têm sido os principais responsáveis pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região, bem como pela concentração de grande contingente da força-de-trabalho rural. Historicamente, estas duas funções básicas se formaram como consequência do modelo de produção colonial instalado pela metrópole portuguesa que privilegiava a produção de açúcar, exatamente porque comercial e voltada para o abastecimento da Europa, cuja economia já começara a ensaiar os primeiros e decisivos passos no sentido da produção manufatureira, e por conseguinte, do capitalismo.

É sabido que, em vista do clima úmido e do solo propício ao plantio, a cultura canavieira foi implantada ao longo de extensas faixas de terras próximas do litoral nordestino, concentrando-se, sobretudo, nos Estados da Bahia e Pernambuco, espalhando-se posteriormente, para quase todos os Estados da região. Ao lado dessas condições de clima e solo, implantou-se um sistema de produção baseado no latifúndio e no trabalho escravo. Formou-se, então, no dizer de Manoel Correia de Andrade:

"uma sociedade hierarquizada, bem estratificada, em que o grande proprietário rural, o senhor de engenho, ocupava o ápice e o escravo negro constituía a base da pirâmide social".⁽¹⁾

Por outro lado, reforça Gráziano que:

(1) ANDRADE, Manoel Correia - O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste, pg. 21.

"a sociedade colonial escravocrata, tendo como centro o engenho, era composta de duas classes fundamentais: a dos senhores de engenho, os proprietários, e a dos trabalhadores, composta de larga massa de escravos negros. As outras categorias nada mais eram do que apêndices de sustentação para o funcionamento da empresa mercantil açucareira: os assalariados do engenho, os mercadores que vendiam artigos aos engenhos, os clérigos que viviam na própria casa grande, enfim, uma série de indivíduos que detinham funções técnicas e culturais específicas, ou ainda prestavam serviços essenciais para a realização da atividade principal".⁽²⁾

Restava ainda uma significativa fração da população livre que não era nem senhor nem escravo e dedicava sua força-de-trabalho ao auto-sustento em pequenos sítios.

A cultura canavieira, e por consequência a indústria agroaçucareira, conheceu grande expansão até meados do século XVII. Após a saída dos holandeses do Nordeste, e com o deslocamento dos seus interesses açucareiros para o Caribe, a economia primário-exportadora nordestina sofre um brusco freio e mergulha em profunda crise, face a concorrência do açúcar antilhano. A este respeito, afirma Antonio Castro:

"sendo os flamengos até então encarregados de comercializar a produção nordestina, pode-se imaginar as dificuldades imediatamente advindas para a região. A própria tecnologia da produção já então do

(2) **SILVA, J.F. Graziano - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pg. 18.**

seu conhecimento, dificilmente poderia e
 voluir sem seu concurso técnico- financeiro
 ro". (3)

Com a saída dos holandeses do Nordeste e com a prolongada ' crise da economia açucareira que se seguiu, ocorreu o que Celso Furtado denominou de "lento atrofiamento" da economia nordestina no sentido de que a retratação da produção açuca reira provocou um deslocamento de população para as ativida des economicamente secundárias. É dizer: para atividades de subsistência. Este deslocamento, de sua vez, deu-se inicial mente no âmbito do próprio latifúndio especializado em cana de-açúcar, para, em seguida, face ao crescimento vegetativo' da população, orientar-se para o interior atraído pela fron teira móvel da pecuária bovina. Dessa forma, acrescenta Cel so Furtado:

"quanto menos favorável fossem as condi ções da economia açucareira maior seria a tendência migratória para o interior" (4).

Contudo, arremata este autor:

"como a rentabilidade da economia pecuá ria dependia em grande medida da rentabi lidade da própria economia açucareira, ao transferir-se populações desta para aque la nas etapas de depressão, se intensifi cava a conversão da pecuária em economia' de subsistência". (5)

Vê-se, por conseguinte, que esta economia de auto-consumo a licerçada na expansão extensiva da pecuária bovina se ampli ou por todo o Nordeste em razão da disponibilidade de terras, dando ensejo ao crescimento demográfico, exatamente pela pos sibilidade de realização de uma agricultura de alimentos bā

(3) CASTRO, Antonio Barros - Sete Ensaios sobre a Economia' Brasileira, pg. 20.

(4) FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, pg.69.

(5) Idem, Idem, pg. 69.

sicos capaz de assegurar a reprodução da população. Sobre este aspecto acrescenta Celso Furtado:

"no Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, nas regiões pecuárias, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer - e possivelmente intensificado o seu crescimento - em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira". (6)

Assim, conclui Celso Furtado acrescentando que:

"a expansão da economia nordestina, durante esse longo período, consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, o sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir... A forma

(6) FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, pg. 69

ção da população nordestina e a sua precária economia de subsistência - elemento básico do problema econômico brasileiro ' em épocas posteriores - estão assim ligadas ao processo de decadência da grande empresa açucareira". (7)

Por outro lado, convém relembrar que tanto a produção agroaçucareira como o criatório bovino se realizavam na base de grandes extensões de terras, como decorrência do regime de sesmarias implantado pela metrópole portuguesa para exploração da colônia. Certamente que poucos eram os proprietários legais da terra. Dessa forma, a subsistência de grande parte da população livre (não escrava) era assegurada em pequenas faixas de terra localizadas principalmente ao lado dos latifúndios.

Com o fim do regime de sesmarias (17.07.1820), segundo Graziano:

"não surge, de imediato, nenhuma legislação sobre a posse da terra. Em resultado, a ocupação das terras devolutas passa a se verificar com base nas posses que, posteriormente, se legitimavam. Nessas condições, aliadas à crise em que a economia exportadora está submersa, há uma expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção". (8)

Em suma, o setor de subsistência na economia nordestina surge historicamente como uma consequência do modelo de colonização lastreado na grande propriedade rural. Tem sua gênese no seio da grande propriedade agroaçucareira, para em seguida, espalhar-se por todo o interior semi-árido, sob a forma de pequenas unidades familiares, instalando-se ao redor dos

(7) FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, pg. 69

(8) SILVA, J.F. Graziano - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pg. 28.

grandes latifúndios dedicados à pecuária bovina. A respeito deste último aspecto, afirma Antonio Castro:

"no panorama agrário sertanejo e agrestino, ao lado do latifúndio pecuarista surgiria uma profusão de pequenas e médias propriedades dedicadas, em boa medida, à auto-sustentação, mas constituindo um embrião de agricultura de mercado interno". (9)

No que tange as funções de concentrar mão-de-obra e de abastecimento alimentar pode-se caracterizar a produção familiar de subsistência realizada no âmbito da pequena propriedade em dois momentos históricos. No crescimento e na decadência da atividade exportadora agroaçucareira.

Na fase de crescimento, o açúcar era a principal atividade econômica da colônia, sua produção situava-se próxima ao litoral e o latifúndio canavieiro era auto-suficiente em alimentos. Nesta fase, portanto, a produção de subsistência é reduzida em virtude de ser realizada por pequena parcela da população não escrava que não estava diretamente ligada aos trabalhos do engenho estando, por conseguinte, voltada para o auto-consumo e para o abastecimento alimentar dos poucos e pequenos núcleos. A este respeito indaga Graziano:

"se o próprio engenho, que era auto-suficiente na produção de gêneros para subsistência, nas épocas de ascensão do preço do açúcar diminuía a produção de alimentos, como se sustentariam os pequenos e insignificantes centros urbanos, que nem por serem pequenos deixavam de existir? E citando Caio Prado Jr. responde: "a população urbana recorre para fora para atender a essa demanda - uma vez que

(9) CASTRO, Antonio Barros - Sete Ensaíos sobre a Economia Brasileira, pg. 29.

as grandes explorações não dispunham de excedentes, absorvidas que estavam nas suas lavouras principais - constituíram - se às margens das economias de grandes explorações umas pequenas e pobres culturas especializadas na produção de alimentos e será este um setor subsidiário da economia colonial quantitativamente mínimo(...). Em geral, a sua mão-de-obra não é constituída de escravos". (10)

Na fase de decadência da agroindústria açucareira após a expulsão dos holandeses, a atividade familiar de subsistência, como já se mencionou, proliferou-se pelo sertão e interior semi-árido, seguindo os passos da pecuária bovina, constituindo-se ao lado do grande latifúndio pecuário, um sistema econômico praticamente sem qualquer relação com o exterior. É lícito portanto admitir-se, que nesta fase a economia nordestina é quase que um grande bolsão de auto-consumo, vez que a pecuária nesta época é uma atividade econômica intinerante face a disponibilidade de terras não ensejando, dessa forma, a criação de núcleos urbanos. Por outro lado, por ser poupadora de trabalho humano, conclui-se que o grosso da população interiorana estava economicamente localizada em minifúndios, cuja capacidade de multiplicação é inesgotável dada a ampla fronteira agrícola a ser desbravada. Essa possibilidade de multiplicação ensejaria, por conseguinte, a expansão demográfica e a formação de um amplo reservatório de mão-de-obra que seria posteriormente utilizado no processo de acumulação capitalista no Brasil.

No que diz respeito a função de abastecimento urbano, através da produção familiar minifundista, esta só seria mais efetiva a partir do século XVIII quando o algodão tornou-se uma atividade econômica importante na região como consequência da revolução industrial na Europa e mais tarde com a guerra civil americana. Isto porque a cultura algodoeira

(10) SILVA, J.F. Graziano - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, pg. 22.

que se instalou no Nordeste, por ser comercial, visava o mercado externo e em razão do seu beneficiamento fixava populações dando ensejo ao surgimento de vilas e cidades. A este respeito afirma Manoel Correia:

"a industrialização mais barata e menos urgente que a da cana colocou o beneficiamento do algodão na mão de comerciantes' que, com suas bolandeiras a princípio e descaroçadores depois, se estabeleciam em cidades, vilas e povoações, passando a comprar a matéria-prima ao agricultor para vendê-la, após o beneficiamento, aos exportadores. Daí ter contribuído, desde os primeiros tempos para o desenvolvimento da vida urbana, ao contrário do que o corria com a cana-de-açúcar". (11)

(11) ANDRADE, Manoel Correia - Terra e Homens no Nordeste, pg. 143.

2) ESTRUTURA AGRÁRIA E CRESCIMENTO EXTENSIVO

A análise histórica precedente demonstrou que a ocupação do espaço regional do Nordeste brasileiro ocorreu de forma a concentrar a maior parte das terras em mãos de uns poucos proprietários rurais, determinando, por conseguinte, uma estrutura agrária cujos traços mais fundamentais prevalecem até os dias que correm.

Neste item serão examinados os contornos mais significativos dessa estrutura agrária, bem assim o processo de crescimento agrícola por ela ensejado. Este exame, por seu turno, terá como base os dois fatores (variáveis) de produção tradicionalmente mais expressivos no contexto da prática agrícola regional: terra e trabalho.

A questão da terra será visualizada do ponto de vista da sua distribuição em estabelecimentos agrícolas, considerando-se para fins de mensuração esta distribuição em pequenos estabelecimentos (menos de 10 hectares), médios (de 10 a menos de 100 ha.) e grandes (mais de 100 ha.). Outrossim, o crescimento extensivo aqui entendido como a incorporação pura e simples de mais terras e trabalho humano ao processo produtivo, será focalizado com base nas informações dos censos agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

2.1 - Distribuição e Área dos Estabelecimentos Agrícolas

Constatou-se historicamente que a política de viabilização econômica da colônia brasileira adotada pela metrópole portuguesa foi calcada na grande propriedade rural. Especificamente no Nordeste esta política voltou-se para a produção agroaçucareira no litoral e para a exploração da pecuária bovina no interior. Constatou-se, também, que a grande propriedade ensejou, em suas cercanias, o surgimento do pequeno estabelecimento agrícola de produção familiar cujas características econômicas predominantes

eram a prática de uma agricultura de alimentos para o auto-consumo e o fornecimento de força de trabalho para a grande propriedade.

Esta estrutura fundiária, ao longo do tempo basicamente não se alterou. De fato, as informações disponíveis dos Censos Agropecuários, como se pode observar na Tabela 1, confirmam que os grandes estabelecimentos agrícolas no decorrer do período 1940/1975 detinham mais de 70 % da área total que compunham o setor agropecuário regional e englobavam entre 11% (1960) e apenas 6% (1975) do número total dos estabelecimentos agrícolas.

Por sua vez, os pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha.) que somavam 50% do total em 1940 cresceram para perto de 70% em 1975; sendo que, a área por eles englobada que era de 3,4% (1940) passou para apenas 5,5% (1975). Por outro lado, mostra também a Tabela 1 que enquanto a quantidade de pequenos estabelecimentos cresceu em 345% no período 1940/1975 a área a eles correspondente se elevou em ritmo bem menor, ou seja, em 200%. Estes dados revelam nestes 35 anos houve um vigoroso processo de minifundização no interior do setor agrário nordestino. Em verdade, o tamanho médio do pequeno estabelecimento que era de 3,9 ha. em 1940 caiu para 2,6 em 1975, decrescendo em cerca de 34%.

Quanto ao médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.) ocorreu no período 1940/1975 uma queda relativa em sua participação no total dos estabelecimentos agrícolas. Com efeito, estes que somavam 39,1% em 1940 se reduziram para 23,1% em 1975; ao passo que a sua posição relativa no total da área dos estabelecimentos praticamente não se alterou.

T A B E L A 1
NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
AGRÍCOLAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1940/1975

GRUPOS DE ÁREA	1940				1950				1960				1970				1975			
	Nº DE ESTA- BELECIMEN- TOS	Z	ÁREA (Em ha.)	Z	Nº DE ESTA- BELECIMEN- TOS	Z	ÁREA (Em ha.)	Z	Nº DE ESTA- BELECIMEN- TOS	Z	ÁREA (Em ha.)	Z	Nº DE ESTA- BELECIMEN- TOS	Z	ÁREA (Em ha.)	Z	Nº DE ESTA- BELECIMEN- TOS	Z	ÁREA (Em ha.)	Z
PEQUENOS ESTABELECIMENTOS (Menos de 10 ha.)	369.141	50,0	1.441.491	3,4	449.680	53,2	1.643.928	2,8	869.332	61,7	2.735.420	4,3	1.499.625	68,0	4.069.486	5,5	1.641.931	69,8	4.311.476	5,5
MÉDIOS ESTABELECIMENTOS (De 10 a menos de 100 ha.)	288.212	39,1	9.442.621	22,0	299.837	35,5	10.031.215	17,2	421.495	29,9	13.752.199	21,6	560.903	25,4	17.880.590	24,1	567.033	24,1	18.185.588	23,1
GRANDES ESTABELECIMENTOS (De 100 ha. e mais)	78.398	10,6	32.003.586	74,6	94.922	11,2	46.666.316	80,0	113.083	8,0	47.083.533	74,1	134.785	6,1	52.348.637	70,4	140.166	6,0	56.193.425	71,4
N O R D E S T E	737.604 (1)	100,0	42.887.698	100,0	844.510 (2)	100,0	58.341.459	100,0	1.409.740 (3)	100,0	63.571.152	100,0	2.206.788 (4)	100,0	74.298.713	100,0	2.351.416 (5)	100,0	78.690.489	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil - 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975

- (1) - inclusive 1.853 estabelecimentos s/declaração de área
- (2) - inclusive 71 estabelecimentos s/declaração de área
- (3) - inclusive 5.830 estabelecimentos s/declaração de área
- (4) - inclusive 11.475 estabelecimentos s/declaração de área
- (5) - inclusive 2.286 estabelecimentos s/declaração de área

Por fim, observa-se nas estatísticas da Tabela 2, que a multiplicação do pequeno estabelecimento familiar se intensifica nos anos 50/70, ao passo que a expansão da grande propriedade se realiza na década 40/50. Este descompasso é explicável na medida em que historicamente o grande estabelecimento sempre se instalou primeiro. Nota-se por conseguinte, que na década dos anos 40 a área dos estabelecimentos com mais de 100 ha. crescem em média 45,7% e os com menos de 10 ha. apenas 14%. Na década dos 50 dá-se acelerada multiplicação dos pequenos estabelecimentos que experimentam uma expansão de 93,3% na quantidade e 66,4% na área. Já os grandes crescem em média 19,1% na quantidade e apenas 0,9% na área. Na década dos 60 a pequena unidade prossegue em processo de proliferação e a grande se expande mais que na década anterior, tendo apresentado taxas de incremento de 19,2% para a quantidade e 11,2% para a área. Nos anos 1970/1975 há uma significativa redução no crescimento do número e áreas dos estabelecimentos, com exceção apenas do grande cuja quantidade se expande mais que na década anterior.

T A B E L A 2
NORDESTE
ACRÉSCIMO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E RESPECTIVAS ÁREAS POR GRUPO DE ÁREAS
1940/1975

GRUPOS DE ÁREAS	ACRÉSCIMO PERCENTUAL (%)							
	1940 a 1950		1950 a 1960		1960 a 1970		1970 a 1975	
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA
Pequenos estabelecimentos: menos de 10 ha.)	21,8	14,0	93,3	66,4	72,5	48,8	9,4	5,9
Médios estabelecimentos: 10 a 100 ha.)	4,0	6,2	40,6	37,1	33,1	30,0	1,0	1,7
Grandes estabelecimentos: mais de 100 ha.)	21,0	45,7	19,1	0,9	19,2	11,2	4,0	7,3
NORDESTE	14,5	36,0	67,0	9,0	56,5	16,9	6,6	5,9

TE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE- Censos Agropecuários do Brasil de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Este descompasso verificado na expansão entre o número e a área dos pequenos estabelecimentos agrícolas revela-se de extrema importância tendo em vista que no interior destes se concentra cada vez mais a população rural nordestina como ver-se-á a seguir.

2.2 - Distribuição da Força de Trabalho Rural

Entre 1950 e 1975 a força de trabalho do setor rural nordestino mais que duplicou. De fato, como mostra a Tabela 3, em 1975 o Censo Agropecuário constatou pouco mais de 8,7 milhões de pessoas contra 4,3 milhões em 1950. Vê-se, também, que o pequeno estabelecimento abrigava 34,9% da população ocupada em 1950 passando para 58,5% em 1975. Constata-se, por conseguinte, que o crescimento do fator trabalho na agricultura do Nordeste vem ocorrendo preponderantemente no interior da pequena unidade familiar de produção. Assim, enquanto no grande e médio estabelecimentos a expansão da força de trabalho foi de respectivamente, 6,7% e 53,2%; no pequeno este crescimento atingiu os 237,4%. Note-se que no grande houve uma involução na alocação de mão-de-obra.

Esta concentração de mão-de-obra a nível do pequeno estabelecimento sugere elevações da pressão demográfica em seu interior, cujas consequências serão consideradas no Capítulo III.

T A B E L A 3
NORDESTE
PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGRÍCOLA
1950/1975

G.R U P O S DE Á R E A S	1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0		1 9 7 5	
	Nº DE PESSOAS	%	Nº DE PESSOAS	%	Nº DE PESSOAS	%	Nº DE PESSOAS	%
Pequenos estabelecimen- tos (menos de 10 ha.)	1.514.217	34,9	3.017.936	45,3	4.272.987	56,6	5.108.714	58,5
Médios estabelecimen- tos (de 10 a 100 ha.)	1.622.386	38,4	2.357.775	35,4	2.296.567	30,4	2.546.358	29,2
Grandes estabelecimen- tos (mais de 100 ha.)	1.157.938	26,7	1.281.933	19,3	976.546	13,0	1.080.159	12,3
N O R D E S T E	4.334.541	100,0	6.657.644	100,0	7.546.100	100,0	8.735.231	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975

2.3 - Crescimento Extensivo no Período 1940/1975

a) Ampliação da Fronteira Agrícola nos Anos 40

Na década dos anos 40 houve uma considerável em
pliação da fronteira agrícola no Nordeste. Com efei-
to, como apresenta a Tabela 4, foram incorporados à
agropecuária regional cerca de 15,4 milhões de hec
tares, correspondendo a 36% do total da área dos es-
tabelecimentos agrícolas existentes no ano de 1940.
Por outro lado, desses 15,4 milhões cerca de 14,7 mi-
lhões de hectares, ou seja, 95% foram acrescidos aos
grandes estabelecimentos, ao passo que aos médios e
pequenos este acréscimo foi de 791 mil hectares, cor
respondendo, portanto, a 5,1% do acréscimo total ve
rificado. Coube aos pequenos um crescimento de ape
nas 1,3%.

T A B E L A 4
NORDESTE
ACRÉSCIMOS DE ÁREA
1940/1950

GRUPOS DE	1940 (a)	1950 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
ÁREAS	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	(%)
Pequeno estabelecimen- to (menos de 10 ha.)	1.441.491	1.643.928	202.437	14,0
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	9.442.261	10.031.215	588.554	6,2
Grande estabelecimen- to (mais de 100 ha.)	32.003.586	46.666.316	14.662.730	45,8
N O R D E S T E	42.887.698	58.341.459	15.453.767	36,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE- Censos Agropecuários do Brasil, 1940 a 1950

Esta considerável expansão do grande estabelecimen-
to agrícola nos anos 40 pode ser creditada ao expres-
sivo surto algodoeiro ocorrido após a II Guerra Mun-
dial em virtude da intensificação do comércio inter-
nacional. Assim, a participação do algodão no valor
da produção de lavouras do Nordeste que em 1960 foi
de 11,9%, em 1950 representou 25,8%, segundo Patri-
ck⁽¹²⁾. A causa deste declínio deve ser atribuída à
concorrência do algodão paulista (herbáceo), a par-
tir da segunda metade dos anos 50. Observar-se-á
mais adiante que em face dessa concorrência e a ou-
tros fatores tais como a ampliação do mercado de
carne bovina e a concorrência dos sintéticos, o al

(12) PATRICK, George F. - O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste,
pg. 280.

godão cederá paulatinamente espaço para a intensificação da pecuária do Nordeste.

b) Crescimento Extensivo na Década 1950/1960

Na década dos anos 50 toma extraordinário impulso a proliferação do pequeno estabelecimento. De fato, como mostra a Tabela 5, dos 5,2 milhões de hectares incorporados à agropecuária nordestina 1,1 milhões (21%) foram acrescidos a este estrato de área.

Vê-se ainda na Tabela 5 que a área total correspondente aos médios estabelecimentos evoluiu nesta década em 37,1%, ou seja, em cerca de 3,7 milhões de hectares. Já a área dos grandes estabelecimentos praticamente não se alterou, isto é, evoluiu em apenas 0,9%.

T A B E L A 5
NORDESTE
ACRÉSCIMOS DE ÁREA
1950/1960

GRUPOS DE ÁREAS	1950 (a)	1960 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIACÃO PERCENTUAL (%)
	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	
Pequeno estabelecimen- to (menos de 10 ha.)	1.643.928	2.735.420	1.091.492	66,4
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	10.031.215	13.752.199	3.720.984	37,1
Grande estabelecimen- to (mais de 100 ha.)	46.666.316	47.083.533	417.217	0,9
N O R D E S T E	58.341.459	63.571.152	5.229.693	8,9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE- Censos Agropecuários de 1950 e 1960

A proliferação do pequeno e médio estabelecimentos, deve ser creditada à ampliação da rede rodoviária iniciada na década anterior e intensificada nos anos seguintes. Segundo Sã Jr., "o ritmo intenso de abertura de novas estradas, apoiado por um mecanismo fiscal seguro^(a) precipitou as condições sem as quais a multiplicação dos minifúndios e a instalação da agricultura familiar se fariam com grandes dificuldades. Cada estrada que é aberta cria condições de povoamento em suas margens e torna viável a comercialização dos eventuais excedentes das atividades de subsistência que ali possam instalar-se"⁽¹³⁾. Esta aceleração no processo de minifundização promovido pela expansão rodoviária deriva, também, do surto algodoeiro iniciado na década anterior. Por sua vez, este surto não seria possível sem o concurso da mão-de-obra gerada no âmbito do pequeno estabelecimento agrícola. A combinação dessa força de trabalho com a ampliação da área, sob relações de produção bastante específicas, dará ensejo a um considerável crescimento extensivo da produção agrícola nordestina que se estenderá até o final dos anos 60.

No que diz respeito a ocupação de mão-de-obra, verifica-se nos dados da Tabela 6 que entre 1950 e 1960 houve uma elevação de 2,3 milhões de pessoas às atividades produtivas, correspondendo a um incremento de 53,6% na década. Constatase também que no interior do pequeno estabelecimento a força de trabalho duplicou, passando de 1,5 milhões de pessoas, para 3 milhões. Ponderável foi também a expansão da força de trabalho no médio estabelecimento que acusou uma variação de 41,8%. Já no grande estabelecimento ficou nos modestos 10,7%.

(a) - Trata-se da vinculação da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes do custeio e aos investimentos rodoviários.

(13) Sã, Francisco Jr. - O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de subsistência, pg. 93.

T A B E L A 6
NORDESTE
VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGRÍCOLA
1950/1960

G R U P O S DE Á R E A S	1950 (a)	1960 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
	Nº DE PESSOAS	Nº DE PESSOAS		
Pequenos estabeleci- mentos (menos de 10 ha.)	1.514.217	3.017.936	1.503.719	99,3
Médios estabeleci- mentos (de 10 a 100 ha.)	1.662.386	2.357.775	695.389	41,8
Grandes estabeleci- mentos (mais de 100 ha.)	1.157.938	1.281.933	123.995	10,7
N O R D E S T E	4.334.541	6.657.644	2.323.103	53,6

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950 e 1960

O crescimento da força de trabalho associado à expansão da área agricultável permitiu que a produção no Nordeste evoluísse satisfatoriamente nos anos 50. Esta evolução teve no setor de lavouras a sua principal contribuição, mais especificamente as culturas de subsistência praticadas a nível da pequena unidade familiar e ainda nos médios e grandes estabelecimentos intercalados com o algodão arbóreo. Para que se tenha uma idéia, apenas as culturas de milho, feijão e mandioca responderam por mais de 30% do valor da produção do setor de lavouras em 1969, segundo Patrick⁽¹⁴⁾. Esta representatividade das culturas de subsistência no contexto da agricultura nordestina é maior que as culturas de exportação que são mais comerciais e conseqüentemente mais capitalizada. Assim é que, neste mesmo ano de 1969, o va

(14) PATRICK, George F. - Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg 53.

lor da produção do açúcar e do cacau, principais produtos exportáveis da região, representou apenas 26% do setor.

Observando-se, por outro lado, as informações da Tabela 7, constata-se a importância das áreas de lavouras no período 1950/1960 quando apresentaram um crescimento de 63,7%. Nota-se que nas composições desse crescimento, que foi em torno dos 3,4 milhões de hectares, os pequenos e médios estabelecimentos participaram com 65%.

T A B E L A 7
NORDESTE
ÁREAS DE LAVOURAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, POR GRUPOS DE ÁREAS
1950/1960

GRUPOS DE ÁREAS	1950 (a)	1960 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	(%)
Áreas de lavouras nos pequenos estabelecimentos (menos de 10ha)	872.547	1.775.814	903.267	103,5
Áreas de lavouras nos médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha.)	1.875.578	3.183.227	1.307.649	69,7
Áreas de lavouras nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha.)	2.585.679	3.770.750	1.185.071	45,8
N O R D E S T E	5.333.804	8.729.791	3.395.987	63,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950 e 1960

Pode ainda inferir-se na Tabela 7 que os pequenos e médios estabelecimentos elevaram sua participação relativa no conjunto das áreas de lavouras passando de 51,5% em 1950 para 56,8% em 1960, ao passo que os grandes envolveram relativamente de 48,5% em 1950 para 43,2% em 1960.

Em suma, nos anos 1951/1959 devido a incorporação de mais terras e trabalho humano a agricultura nordestina experimentou um crescimento calculado por Patrick⁽¹⁵⁾ em 6,3% ao ano, mesmo considerando as estiagens de 1951 e 1958. Esta assertiva fica mais nítida quando se observa as fontes deste crescimento. Com efeito, vê-se na Tabela 8 que, de acordo com os cálculos de Patrick para 19 produtos, coube à expansão da área a principal e única fonte pois tanto o rendimento como a composição do produto apresentaram participações negativas. Isto mostra a completa ausência de tecnologia e insumos modernos na agricultura do Nordeste nos anos 50.

T A B E L A 8
NORDESTE
FONTES DO CRESCIMENTO DE 19 PRODUTOS AGRÍCOLAS
1948/1950 a 1959/1961

FONTES DE CRESCIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)
- Área	118,8
- Rendimento	- 10,9
- Composição do Produto	- 8,0
T O T A L	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: PATRICK- O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg.93

c) Crescimento Extensivo na Década 1960/1970

Nos anos 60 são mantidas as mesmas características estruturais de crescimento verificadas na década anterior. Couberam, portanto, aos incrementos dos fatores terra e trabalho humano as causas da expansão agrícola nos 70.

(15) PATRICK, George F.- O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg.45.

Quanto ao fator terra, mostra a Tabela 9, que na década dos 60 a expansão da área foi em torno de 10,7 milhões de hectares, correspondendo a 17% de toda a área até então incorporada à agropecuária nordestina. A Evolução da área correspondente aos pequenos e médios estabelecimentos foi 5,4 milhões de hectares, ou seja, a metade do acréscimo total.

T A B E L A 9
NORDESTE
ACRÉSCIMOS DE ÁREA
1960/1970

GRUPOS DE ÁREAS	1960 (a)	1970 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREAS (Em ha.)	
Pequeno estabelecimen- to (menos de 10 ha.)	2.735.420	4.069.486	1.334.066	48,8
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	13.752.199	17.880.590	4.128.391	30,0
Grande estabelecimen- to (mais de 100 ha.)	47.083.533	52.348.637	5.265.104	11,2
N O R D E S T E	63.571.152	74.298.713	10.727.561	16,9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1960 e 1970

Por seu turno, a força de trabalho saltou de 6,6 milhões de pessoas em 1960 para 7,5 milhões em 1970 ampliando-se, portanto, em 900 mil trabalhadores, como se pode verificar na Tabela 10. Ressalta-se que o crescimento da força de trabalho deu-se apenas a nível do pequeno estabelecimento que foi de

1,25 milhão de trabalhadores, correspondente a 41,6% em relação a 1960. Visualiza-se ainda na referida Tabela que o emprego de mão-de-obra nos médios e grandes estabelecimentos sofreu um decréscimo de 366 mil pessoas relativamente a 1960.

A origem dessa retração do emprego sobretudo no grande estabelecimento deve ser responsabilizada, em parte, à grande estiagem ocorrida em 1970. Na realidade, a ocorrência de seca reduz significativamente o emprego nas áreas semi-áridas. O grande proprietário no afã de salvar o gado, sua maior reserva de valor além da terra, solta o rebanho nos algodoais com o fito de alimentá-lo com esta cultura, que normalmente está consorciada com culturas de subsistência. Este desemprego no grande estabelecimento, em consequência da seca, provoca um refluxo de mão-de-obra para o âmbito do pequeno estabelecimento, vez que parte desses trabalhadores, são também pequenos proprietários que se valem do pequeno arrendamento de terra em propriedades maiores a fim de ampliarem a renda familiar. Todavia, independentemente da ocorrência de seca, o grande estabelecimento vem gradativamente ocupando cada vez menos trabalho humano. Esta questão será examinada mais adiante ao se analisar as recentes mudanças nas relações de produção.

T A B E L A 10
NORDESTE
VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
1960/1970

GRUPOS DE ÁREAS	1960 (a)	1970 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
	Nº DE PESSOAS	Nº DE PESSOAS	Nº DE PESSOAS	(%)
Pequeno estabelecimen- to (menos de 10 ha.)	3.017.936	4.272.987	1.255.051	41,6
Médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	2.357.775	2.296.567	- 61.208	- 2,6
Grande estabelecimen- to (mais de 100 ha.)	1.281.933	976.546	- 305.387	- 23,8
N O R D E S T E	6.657.644	7.546.100	888.456	13,3

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1960 e 1970

Da mesma forma que ocorreu com a ocupação da força de trabalho, ocorreu também com as áreas de lavouras no ano de 1970. Mostra a Tabela 11 que apenas os pequenos estabelecimentos ampliaram substancialmente suas áreas de lavouras (cerca de 45,3% com relação a 1960) e em menor escala os médios (21%). Quanto aos grandes este incremento foi apenas 3,2%. Ao pequeno agricultor, mesmo quando há expectativa de estiagem, não lhe resta outra alternativa além de plantar. Com a persistência da escassez de chuvas e as sucessivas perdas de plantio, advêm as famosas decretações pelos governos estaduais das situações de emergência e, com elas, a formação das tão conhecidas frentes de trabalho.

Entretanto, também independentemente de secas, já se desenha uma nítida tendência no sentido da redução do plantio de culturas permanentes, mais especificamente o algodão, no âmbito do grande estabelecimento situado no semi-árido nordestino. Este aspecto também será examinado posteriormente.

T A B E L A 11
NORDESTE
ÁREAS DE LAVOURAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, POR GRUPOS DE ÁREAS
1960/1970

GRUPOS DE ÁREAS	1960 (a)	1970 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	
Áreas de lavouras nos pequenos estabelecimentos (menos de 10 ha.)	1.775.814	2.580.461	804.647	45,3
Áreas de lavouras nos médios estabelecimentos (de 10 a 100 ha.)	3.183.227	3.850.668	667.441	21,0
Áreas de lavouras nos grandes estabelecimentos (mais de 100 ha.)	3.770.750	3.891.742	120.992	3,2
N O R D E S T E	8.729.791	10.322.871	1.593.080	18,2

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1960 e 1970.

Por fim, na década dos anos 60 (1960 a 1969) o produto real da agricultura nordestina cresceu a uma taxa média anual de 4,8%⁽¹⁶⁾. Tal crescimento te

(16) PATRICK, George F. - O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg.45.

vê ainda como suporte básico a incorporação de área ao processo produtivo, como se pode depreender dos cálculos efetuados por Patrick, constantes da Tabela 12.

T A B E L A 12

NORDESTE

FONTES DO CRESCIMENTO DE 19 PRODUTOS 1959/1961 a 1967/1969

FONTES DE CRESCIMENTO	PARTICIPAÇÃO (%)
- Área	100,7
- Rendimento	15,6
- Composição do Produto	- 16,4
T O T A L	100,0

FONTE: PATRICK, George F.- O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg.93

(16) PATRICK, George F. - O Desenvolvimento Agrícola do Nordeste, pg. 15.

d) Tendência do Crescimento na Década dos anos 70
(1970/1975)

Nos anos 1970/1975 o crescimento extensivo da agricultura nordestina dá sinais de perda do dinamismo verificado nas décadas anteriores. Foram acrescidos cerca de 4,4 milhões de hectares dos quais 241,5 mil (5,9%) aos pequenos estabelecimentos, de acordo com os dados da Tabela 13. Por outro lado, a incorporação desses 4,4 milhões de hectares (apenas 5,9% da área total de 1970) ocorreu de forma altamente concentrada na medida em que aos grandes estabelecimentos coube aproximadamente 3,8 milhões de hectares (86%) e aos médios apenas 305 mil (7%) de toda área acrescida no período em foco.

T A B E L A 13
NORDESTE
ACRÉSCIMOS DE ÁREA
1970/1975

GRUPOS DE ÁREAS	1970 (a)	1975 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIACÃO PERCENTUAL (%)
	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	ÁREA (Em ha.)	
Pequeno estabelecimento (menos de 10 ha.)	4.069.486	4.311.476	241.990	5,9
Médio estabelecimento (De 10 a 100 ha.)	17.880.590	18.185.588	304.998	1,7
Grande estabelecimento (mais de 100 ha.)	52.348.637	56.193.425	3.844.788	7,3
N O R D E S T E	74.298.713	78.690.489	4.391.776	5,9

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE- Censos Agropecuários do Brasil - 1970 e 1975

O Censo Agropecuário de 1975 acusou uma população ocupada no setor primário nordestino em torno das 8,7 milhões de pessoas como de pode visualizar na Tabela 14. Vê-se, outrossim, que no quinquênio 1970/1975 a variação da força de trabalho foi aproximadamente de 1,2 milhões de trabalhadores. Deste acréscimo, 836 mil pessoas (70%) estavam localizadas nos pequenos estabelecimentos; 250 mil (21%) nos médios e apenas 104 mil (8,7%) nos grandes estabelecimentos.

T A B E L A 14
NORDESTE
VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO
1970/1975

G R U P O S DE Á R E A S	1970 (a)	1975 (b)	DIFERENÇA (b - a)	VARIAÇÃO PERCENTUAL
	NÚMERO DE PESSOAS	NÚMERO DE PESSOAS	NÚMERO DE PESSOAS	(%)
pequeno estabelecimento (menos de 10 ha.)	4.272.987	5.108.714	835.727	19,5
médio estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	2.296.576	2.546.358	249.791	10,8
grande estabelecimento (mais de 100 ha.)	976.546	1.080.159	103.613	10,6
N O R D E S T E	7.546.100	8.735.231	1.189.131	15,8

ONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE-Censos Agropecuários do Brasil - 1970 e 1975

Infere-se do exame das informações das Tabelas 13 e 14 que nos anos 1970/1975 houve um profundo aumento na pressão demográfica a nível do pequeno estabelecimento na medida em que

concomitantemente a cada vez maiores ingressos de pessoas menos terra é incorporada à pequena unidade familiar de produção. Fica evidente que o aprofundamento dessa situação tende a cada vez mais reduzir o excedente comercializável que é extraído do pequeno produtor e, consequentemente, reduzir o crescimento da oferta de alimentos básicos a nível dos centros urbanos. Por outro lado, como ver-se-á mais adiante, ao se substituir áreas de lavouras por pastagens nos médios e sobretudo nos grandes estabelecimentos o resultado tem sido o aumento do desemprego, agudizando-se mais ainda a pressão humana sobre o pequeno estabelecimento.

Enfim, na primeira metade dos anos 70 já se constata uma visível tendência ao esgotamento do modelo de crescimento extensivo que se vem verificando no Nordeste. De fato, de acordo com dados da SUDENE⁽¹⁷⁾ o produto real da agropecuária nordestina cresceu a uma taxa média anual de apenas 1,8% no período 1969/1975. Deve-se ressaltar que neste período ocorreu a seca de 1970 e uma enchente em 1974. Entretanto a ocorrência desses fenômenos climáticos não invalida a tese que aqui se esboça, visto que nas décadās anteriores igualmente ocorreram secas e enchentes na região. A diferença é que, no passado, a economia agrícola se recuperava mais rapidamente em função de uma maior mobilidade do fator mão-de-obra a nível da própria agricultura regional.

Antes, porém de se examinar mais detidamente essa tendência, que se constitui no cerne desta monografia, serão analisadas a seguir as recentes mudanças nas relações de produção, que se constituem nas principais causas dessa exaustão do modelo de crescimento extensivo.

(17) Banco do Nordeste do Brasil - Revista Econômica do Nordeste, pg. 246.

3) AS RECENTES MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O traço fundamental que caracteriza as relações de produção na agricultura nordestina é a apropriação do trabalho pelo capital. E esta apropriação se dá de forma a manter a força de-trabalho com o estritamente necessário à sua reprodução. A questão se localiza no grande reservatório de mão-de-obra que é a agricultura nordestina originado de uma estrutura agrária que permite ao capital um processo de acumulação altamente concentrador, seja no âmbito do próprio setor agrícola ou a nível do setor urbano-industrial. Na realidade, a massa camponesa, por se constituir numa oferta infinitamente elástica de mão-de-obra, fica sob arbítrio de setores mais capitalizados da economia que lhes determina taxas de exploração que se traduzem em auto-consumo e emprego sazonal no campo e salário de subsistência nas cidades.

No campo, este esquema de apropriação do trabalho lastreia-se em relações de produções bastante específicas. Na empresa agroaçucareira após a abolição da escravatura, a utilização do trabalho pelo proprietário do engenho se realizava através do "morador de condição". A principal característica dessa relação de produção, segundo Carneiro citando Manoel Correia de Andrade:

"era o semi-assalariado que por sua vez pressupunha a pequena exploração inserida na grande propriedade. O morador recebia o lote de terras do grande proprietário, onde cultivava lavouras de subsistência e se obrigava a trabalhar parte dos seus dias de trabalho na grande lavoura canavieira, recebendo em troca, salário reduzido". (18)

(18) CARNEIRO, Ricardo - Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, pg. 6.

Da mesma forma mostra Antonio Castro que na zona canavieira:

"os trabalhadores seriam contemplados com pequenos tratos de terra não ocupadas pela cana. Sua convocação ficava sujeita às necessidades ditadas pelo calendário agrícola (período de corte, etc.), variando também em função das condições do mercado açucareiro. O trabalho efetivamente dedicado à cultura canavieira seria parcialmente gratuito (cambão) ou pago a preço extraordinariamente reduzido".⁽¹⁹⁾

Atualmente a relação de produção acima descrita encontra-se praticamente em extinção. Isto devido a introdução do progresso técnico (mecanização, correção de solo e adubação) no cultivo de cana e também a política governamental de concentração da produção de açúcar em grandes usinas aliada ao crescimento do mercado interno, fizeram com que as terras anteriormente utilizadas nas culturas de subsistência fossem incorporadas ao plantio da cana. A introdução de tecnologia, portanto, liquida o sistema de rotação de culturas que tinha como objetivo o descanso da terra. Este descanso dava ensejo aos pequenos sítios de subsistência. Dessa forma, as relações de produção prevalecentes nas zonas canavieiras estão definidas atualmente em função da compra de trabalho, isto é, do trabalho sazonal assalariado. Segundo Carneiro, foi também a necessidade de subordinação completa do trabalhador ao processo de produção, através da sua proletarianização, um dos principais motivos para a transformação nas relações. Assim, afirma:

"(...) é certo que as terras dos moradores constituíam algumas vezes obstáculos à expansão da cana e ao cultivo mais racional. Contudo, outra razão poderosa que

(19) CASTRO, Antonio Barros - Sete Ensaios Sobre a Economia Brasileira, pg. 28.

levava a extinção dos sítios era uma ne
cessidade maior de subordinação do traba
lhador ao novo processo de trabalho que
 sofrera transformações substanciais. Tra-
 tava-se antes de mais nada de eliminar
 qualquer possibilidade do trabalhador ob
 ter seu sustento que não fosse através da
 renda da sua força-de-trabalho, transfor
mando-o assim num assalariado". (20)

Esta transformação do morador em assalariado tem como efeito a formação de um novo excedente estrutural de mão-de-obra , pois em vista da sazonalidade do trabalho nas plantações de cana e da suspensão da atividade de subsistência, formar-se-ão grandes contingentes de "bóias frias", baseados nas perí
ferias das cidades e povoados da chamada zona da mata nordes
tina.

Uma outra relação de produção é o pequeno arrendamento larga
mente utilizado nas áreas semi-áridas do Nordeste. Nesta, o
 proprietário da terra cedia ao rendeiro uma parcela de terra
 inexplorada a fim de que este realizasse o desmatamento e a
 preparasse para o ciclo produtivo. Após a preparação o pe
queno arrendatário plantava algodão consorciado com culturas
 de subsistência. Efetuada a colheita metade do algodão co
lhido (meiação) era entregue ao proprietário a título de pa
gamento pelo uso da terra. Usualmente a metade que cabia ao
 rendeiro era comercializada pelo dono da propriedade que des
sa forma, se apropriava de uma substancial parcela do exce
dente obtido pelo pequeno agricultor. Esta comercialização
 se realizava também com os excedentes provenientes das cultu
ras de subsistência. O pequeno arrendamento foi intensamen
te utilizado nos anos 50 e 60 e se constitui numa forma do
 fazendeiro viabilizar economicamente a fronteira interna da
 sua propriedade sem maiores inversões.

(20) CARNEIRO, Ricardo - Relações de Produção e Emprego na A
gricultura do Nordeste, pg. 8.

Segundo Carneiro:

"o pequeno arrendamento começa a sofrer restrições na medida em que a pecuária se consolida como atividade dominante. Assim, a partir dos anos 60, os grandes proprietários proíbem o plantio do algodão, que por ser uma cultura de ciclo mais longo, retardava a entrega da terra com a palha para a pastagem do rebanho. Numa segunda etapa, os grandes proprietários passam a exigir a devolução das terras plantadas com capim ou palma forrageira. A partir desse momento torna-se impossível o uso alternativo da terra, que se converte definitivamente em pastagem, extinguindo-se o arrendamento sazonal". (21)

De fato, visualizando-se os dados da Tabela 15, observa-se que entre 1950 e 1960 o número de arrendatários mais que triplicou. Já na década dos anos 60 esta expansão reduziu-se para 38,3%. Nos anos 1970/1975 o crescimento foi de apenas 2,8%. De outro ângulo, examinando-se o quociente entre os acréscimos da área incorporada em estabelecimentos com mais de 100ha. e os acréscimos do número de arrendatários nos decênios 1950/1960, 1960/1970 e nos anos 1970/1975, vê-se que nos anos 50 a relação bruta foi de 2,2 ha.; nos anos 60 esta relação elevou-se para 50,4 ha. e, nos anos 1970/1975 ampliou-se para 358,1 hectares por arrendatário. Com toda probabilidade pode-se afirmar estar havendo um declínio na utilização dos arrendamentos em favor da expansão da pecuária que, cada vez mais, utiliza o trabalho assalariado.

(21) CARNEIRO, Ricardo - Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, pg. 11.

T A B E L A 15

NORDESTE

NÚMERO DE ARRENDATÁRIOS E RELAÇÃO ENTRE
ACRÉSCIMOS DE ÁREA E ACRÉSCIMOS NO NÚMERO
DE ARRENDATÁRIOS

1950/1975

A N O S	NÚMERO DE ARRENADATÁRIOS	INCREMENTO PERCENTUAL (%)	RELAÇÕES ENTRE DO A CRÉSCIMOS DE ÁREA E ACRÉSCIMOS DOS NºS DE ARRENDATÁRIOS
1950	84.333	-	-
1960	272.497	223,1	2,2
1970	376.902	38,3	50,4
1975	387.640	2,8	358,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Agrícolas de 1950 ,
1960, 1970 e 1975.

Este declínio do pequeno arrendamento tem redundado em elevação do sub-emprego da força-de-trabalho no semi-árido. Sendo em sua grande maioria minifundistas, estes pequenos agricultores se valem do arrendamento para ampliar sua renda e fugir do desemprego, na medida em que a exiguidade de suas terras não permite um nível maior de expansão. Portanto, esta elevação do sub-emprego vem se traduzindo numa pressão demográfica a nível do pequeno estabelecimento, como ver-se-á no capítulo seguinte.

Por outro lado, o avanço da pecuária tem proporcionado efeitos danosos sobre o nível de emprego. É muito conhecida a sua capacidade de utilizar pouca mão-de-obra. Um só vaqueiro da mesma forma que cuida de 20 reses pode cuidar também de um rebanho de 200. Assim, concomitantemente a introdução do capim, reduzem-se as culturas permanentes que anteriormente proporcionavam intensiva ocupação de trabalho humano.

Verifica-se por exemplo, nas informações da Tabela 16, que a área das propriedades com mais de 100 hectares dedicadas às culturas permanentes no Nordeste cresceu em pouco mais de 1,5 milhões de ha. entre os Censos de 1950 e 1975 ao passo que as áreas de pastagens se ampliaram em cerca de 9 milhões de hectares. Observa-se, também que em 1950 33,8% da área útil desses estabelecimentos eram pastagens. Já em 1975 este percentual alcançava 47,7%. Por outro lado, vê-se que na década dos anos 50 a área das culturas permanentes 'cresceu' expressivamente, reduzindo o ímpeto nos anos 60 e começando a decrescer nos 70.

T A B E L A 16
NORDESTE
ÁREAS DE CULTURAS PERMANENTES E ÁREAS DE PASTAGENS
NOS ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 HECTARES
1950/1975

ANOS	ÁREAS DE CULTURAS PERMANENTES (ha.)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA ÁREA ÚTIL DOS ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREAS DE PASTAGENS (ha.)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA ÁREA ÚTIL DOS ESTABELECIMENTOS (%)
1950	346.547	0,8	14.264.122	33,8
1960	1.169.226	2,7	16.747.980	35,2
1970	1.869.666	4,0	21.137.482	45,6
1975	1.863.493	3,8	23.257.460	47,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos de 1950, 1960, 1970 e 1975.

Finalmente a parceria é uma outra forma de organização social de produção largamente usada no contexto da agricultura nordestina, sobretudo nas áreas sertanejas. Nesta relação, de acordo com Carneiro:

"o grande proprietário cede ao parceiro um lote de terra cujo tamanho varia de a

acordo com o número de pessoas da família desse agricultor. Ao parceiro cabe plantar o algodão, tendo o direito de intercalar com a cultura principal, as lavouras de subsistência. O parceiro tem formalmente direito a uma quota-parte não só das culturas de subsistência mas também do algodão. Há variações muito grandes no estabelecimento da quota-parte do parceiro (meia, terça, quarta), que em alguns casos é desobrigada de pagar a quotaparte referente as culturas alimentares (...) O proprietário de terras financia o parceiro desde o início do processo produtivo, através de repasses dos crêditos obtidos junto a bancos oficiais, e outrora, junto às grandes agro-indústrias ' multinacionais que se instalaram na região. Quando repassa o dinheiro em espécie para o parceiro, cobra-lhe uma taxa de juros bastante mais alta do que aquela a que tomam emprestado. Outra forma de espoliação consiste no fornecimento de mercadorias a preços avultados. No final do processo produtivo, há o acerto de contas com o proprietário, que recebe o pagamento da dívida do parceiro em produto, além obviamente, da sua quota-parte". (22)

Essa relação de produção vem declinando sensivelmente no Nordeste. O fato é que a pecuária também vem se impondo como exploração dominante no contexto das áreas sertanejas, talvez mais que nas semi-áridas, isto devido à maior proximidade dos grandes mercados de carne bovina que são as capitais

(22) CARNEIRO, Ricardo - Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste, pg. 16 e 22.

nordestinas, que com exceção de Terezina-Pi., se localizam no litoral. É importante frisar o exemplo da própria pecuária em cujo âmbito era também admitida a parceria. Nesta, segundo Sã:

"o vaqueiro que possuía outrora o direito à "quarta" dos bezerros nascidos, hoje não passa de um assalariado". (23)

De outro lado, ressalte-se que a carne bovina tem a seu favor uma demanda em constante ascensão, preços estáveis e despesas de manutenção baixas. Já o algodão, apesar de não ter custos, pois ao parceiro cabe praticamente todos os encargos, a sua demanda é instável pois seus preços dependem do comportamento do mercado internacional, além do que o algodão nordestino (arbóreo) não é de qualidade muito aceitável. Dessa forma, o algodão vem sendo expulso da grande propriedade e em 1975, de acordo com Antonio V. Costa (24), 70% da produção de algodão no Ceará (maior produtor nordestino), foi realizada em propriedades de menos de 20 ha.

Para uma verificação estatística do declínio da parceria no Nordeste, basta vislumbrar a Tabela 17, na qual se observa que o número de parceiros se reduziu em 70%, entre os Censos de 1950 e 1975.

T. A B E L A 17
NORDESTE
NÚMERO DE PARCEIROS
1950/1975

A N O S	NÚMERO DE PARCEIROS	NÚMEROS ÍNDICES
1950	326.642	100,0
1960	229.850	70,4
1970	160.120	49,0
1975	100.093	30,6

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Agrícolas do Brasil- 1950, 1960, 1970 e 1975

(23) JR., Francisco Sã - O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. pg. 122.

(24) COSTA, Antonio V. - A Política de Crédito Rural e os Pequenos Agricultores, Brasil, 1960/1975, pg. 83.

Os tipos de relações de produção descritos, como se pôde perceber, visam um único objetivo: a melhor forma de exploração possível, pelos proprietários da terra, do extraordinário reservatório de mão-de-obra que é o setor rural nordestino. Obviamente que enquanto essas formas de organização social forem capazes de viabilizar a produção com baixíssimos investimentos e de forma compensadora, elas permanecerão até que surjam outras com maiores possibilidades de acumulação por parte do capital. A este processo Ruy Miller Paiva denominou de "mecanismo de auto-controle", no sentido de que a introdução do progresso técnico na agricultura, nestes casos, ainda não é viável.

Francisco de Oliveira, por sua vez, enfatiza que:

"a solução do chamado "problema agrário" nos anos de "passagem" da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições de expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de acumulação primitiva". (25)

(25) OLIVEIRA, Francisco - A Economia Brasileira: Crítica à Zão Dualista, pg. 15.

Não é difícil portanto concluir que o elevado crescimento demográfico verificado nas últimas décadas no Nordeste foi fator preponderante para o processo de acumulação ao qual Oliveira denominou de primitivo. Nas zonas rurais já se mostrou em notas anteriores que este processo se desenvolveu através da sempre crescente incorporação terra/trabalho cobinados por relações de produção capazes de gerar altas taxas de exploração. Identificou-se, ainda, que dito processo se acelera nos anos 50/60, reduzindo o ímpeto nos 70.

Nas zonas urbanas a acumulação se dá a partir da utilização dos elevados fluxos de mão-de-obra proveniente das zonas rurais que é expulsa em razão das pressões demográficas sobre o pequeno estabelecimento agrícola, e que cada vez mais é aumentada em função das recentes mudanças nas relações de produção, como já se observou em notas anteriores. Por exemplo, a população urbana do Nordeste que representava 34% da população total da região em 1960 passou a representar 42% em 1970 e se elevou para 50% em 1980. Convém considerar, por outro lado, que a apropriação do trabalho desses excedentes de mão-de-obra, através dos setores públicos e privados, tem acontecido muito mais fora da região. A industrialização do Centro-Sul a partir dos anos 30 e intensificada nos anos 50/60, o "boom" agrícola do Paranã e a construção de Brasília, foram programas econômicos que demandaram massivamente o trabalho de milhões de nordestinos. Mais recentemente, a partir do final dos anos 60, o programa habitacional vem se constituindo no maior absorvedor de mão-de-obra desses excedentes populacionais. Assim, quando se diz que o Nordeste é o grande abastecedor do mão-de-obra barata do Brasil ou São Paulo é a maior cidade do Nordeste, certamente que estas colocações refletem a realidade de miséria que é o Nordeste brasileiro.

Convém ainda lembrar que, em razão da elástica oferta de mão de-obra que esses fluxos migratórios representam, a taxa de salários real se mantém a níveis baixos, proporcionando apenas a subsistência e conseqüentemente o mínimo necessário ,

em termos de bens materiais, para a reprodução da grande maioria dos trabalhadores nas grandes cidades brasileiras.

Quanto aos efeitos desses fluxos, principalmente sobre as capitais nordestinas, a característica predominante tem sido a formação de grandes legiões de desempregados/subempregados e o crescimento de amplos setores informais de trabalho. Segundo cálculos do Banco do Nordeste do Brasil⁽²⁶⁾ realizados com base na PNAD/FIBGE, em 1972 para uma força-de-trabalho urbana de 4,3 milhões de pessoas existiam 1,3 milhões de desempregados/subempregados, ou seja, quase 30% do total. Dessa forma, a pobreza urbana se reproduz na pobreza rural e por esta é alimentada.

(26) BANCO do Nordeste do Brasil - Desenvolvimento do Nordeste: Diagnóstico e Sugestões de Políticas, pg. 211.

III - TENDÊNCIA AO ESGOTAMENTO DO MODELO DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA NORDESTINA BASEADO NAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA.

No capítulo anterior constatou-se que o processo de crescimento extensivo da agricultura nordestina, verificado no período 1940/1970, a partir dos anos 70 parece já apresentar sintomas de exaustão. Observou-se, por outro lado, que a concentração da terra a nível dos grandes estabelecimentos combinada com as recentes mudanças nas relações de produção, no sentido de se utilizar cada vez mais o trabalho assalariado, apresentaram-se como as principais causas determinantes da tendência desse modelo de crescimento agrícola.

Objetivando-se portanto a verificação das consequências inerentes à perda de dinamismo desse crescimento extensivo, procurar-se-á, neste capítulo, examinar o comportamento de algumas variáveis importantes e capazes de enfocar o problema com maior nitidez. São elas: a pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento, a redução da produção interna de subsistência e o fechamento e limiar da fronteira agrícola.

1) A Pressão Demográfica sobre o Pequeno Estabelecimento

A primeira observação a se fazer é certamente a redução do tamanho médio do pequeno estabelecimento ao longo do tempo. De fato, mostra a Tabela 18 que entre 1940 e 1975 a área média dos estabelecimentos em menos de 10 ha. caiu em pouco mais de 33%. Vê-se, outrossim, que o estabelecimento com a área inferior a 5 ha. se contraiu em 44% no mesmo período. Esta observação sobre este último estrato é importante visto que a população nele ocupada que representava 34% da força-de-trabalho total na agricultura nordestina em 1960, passou para 44,7% em 1970, ten

do atingido 47% em 1975. Dessa forma é evidente a alta concentração da força-de-trabalho a nível desse reduzido módulo de produção. Vê-se, também a redução drástica do seu tamanho médio entre 1970 e 1975.

T A B E L A 18
NORDESTE
ÁREA MÉDIA DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS
1940/1975

ANOS	ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS C/ MENOS DE 10 HECTARES	NÚMEROS INDICES	ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS C/ MENOS DE 5 HECTARES	NÚMEROS INDICES
1940	3,9	100,0	2,5	100,0
1950	3,6	92,3	2,4	96,0
1960	3,1	79,5	1,9	79,2
1970	2,7	69,2	1,8	72,0
1975	2,6	66,6	1,4	56,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Agropecuários do Brasil 1940, 1950, 1960 e 1975.

Estes dados mostram que a relação inversa entre a redução da área dos pequenos estabelecimentos e a ampliação da população rural neles fixada eleva a pressão sobre a terra que, aceleradamente, tende aos rendimentos decrescentes da produção. Também concorre para esta diminuição do tamanho do pequeno estabelecimento, além evidentemente da tendência à concentração na grande propriedade e de um já próximo esgotamento da fronteira agrícola, o mecanismo da herança pelo qual parcelas cada vez menores são passadas a herdeiros.

Mostra, por conseguinte a Tabela 19, que a área por pessoa ocupada reduziu-se consideravelmente no

pequeno estabelecimento com menos de 10 ha. De fato, a proporção que era de pouco mais de 1 ha. por pesoa em 1940 passou para 0,84 em 1975. Nota-se também, que a queda maior dá-se no quinquênio 1970/1975 quando esta relação caiu em quase 12%, exatamente 1% a menos que no período 1950/1970, isto é, em 20 anos.

T A B E L A 19

NORDESTE

RELAÇÃO ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS
ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha.

1950/1975

A N O S	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha.	POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha.	ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha.	NÚMEROS ÍNDICES
1950	1.643.928	1.514.217	1,08	100,0
1960	2.735.420	3.017.936	0,91	83,5
1970	4.069.486	4.272.987	0,95	87,1
1975	4.311.476	5.108.714	0,84	77,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Ao contrário do pequeno, no grande estabelecimento a tendência é que esta relação se eleve progressivamente. Isto confirma a hipótese de que a propensão é de

involução no emprego de mão-de-obra neste estrato ,
como mostra a Tabela 20.

T A B E L A 20

NORDESTE

RELAÇÃO ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS
ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 ha.

1950/1975

A N O S	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 ha.	POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 ha.	ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS COM MAIS DE 100 ha.	NÚMEROS ÍNDICES
1950	46.666.316	1.157.938	40,30	100,0
1960	47.083.533	1.281.933	36,72	91,1
1970	52.348.637	976.546	53,60	133,0
1975	56.193.425	1.080.159	52,02	129,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

2) Redução da Produção Interna de Subsistência

Mostrou-se em notas anteriores que as recentes mudanças nas relações de produção, além do seu lado negativo sobre o nível de emprego, vem provocando também uma substancial queda no ritmo de crescimento da produção de alimentos básicos para o abastecimento interno no Nordeste. É fácil compreender que a transformação do rendeiro, do parceiro, do morador, etc. em trabalhador assalariado concorre para este fato, na medida em que já não lhes é mais permitido o acesso à terra de terceiros. Por outro lado, esta queda no crescimento não está sendo compensada por outras formas mais capitalizadas de produção. Ao empreendimento capitalista que se instala no Nordeste ainda não interessa produzir alimentos tipo feijão, milho, farinha de mandioca, fava, etc., pois além do risco natural que este tipo de agricultura apresenta, já que é realizada nas zonas secas do sertão e do semi-árido, há também o problema da sua baixa elasticidade-renda da demanda. É possível, no futuro, que com a explosão demográfica urbana e o aumento sempre crescente da escassez de alimentos, seja viável, no Nordeste, a produção capitalista de subsistência. Nos dias que correm, a grande oportunidade econômica para a produção capitalista tem sido exclusivamente as culturas de exportação tipo cacau, cana, caju, etc. Quando não há viabilidade de produzir culturas de exportação, devido a clima e solo, a opção mais econômica para a grande propriedade tem sido a pecuária bovina de baixa produtividade, e portanto, com despesas de custeio e investimentos reduzidas.

Evidentemente que se o pequeno agricultor tivesse acesso à terra, certamente que a produção básica de alimentos tenderia a se elevar em ritmo acelerado sem que para isso fosse preciso a introdução de insumos modernos.

Apenas uma modificação de estrutura de propriedade facultaria esta elevação. Pesquisa realizada em 1976 pelo Banco Mundial juntamente com a SUDENE concluiu que se todos os trabalhadores tivessem acesso à terra, o produto agrícola da região poderia crescer mais de 4 vezes. E uma combinação ótima de terra e mão-de-obra resultaria na quintuplicação do produto bruto. Tudo isso sem que se faça necessário a introdução de qualquer inovação tecnolôgica.⁽²⁷⁾

Em vista dessa redução no ritmo de crescimento da produção de subsistência, a região a cada ano vem aumentando suas importações de alimentos, principalmente do Centro-Sul do país. Muito embora não se disponha de estatísticas a fim de que se possa fazer uma avaliação quantitativa, sabe-se, por exemplo, que o Estado de São Paulo é quem abastece o Nordeste de produtos horti-fruti-granjeiros. Por outro lado, estas exportações paulistas de alimentos para o Nordeste tendem a se ampliar na medida em que o pequeno agricultor não tiver acesso à terra e/ou não for instalada uma agricultura capitalista voltada para a produção de subsistência.

Apenas para dar uma idéia da dimensão desse problema, constata-se na Tabela 21, que em 1973, 26,3% do valor comercializado do feijão mulatinho nas Centrais de Abastecimento de Fortaleza, Natal, João Pessoa e Maceió, se refere ao produto importado do Centro-Sul, sendo que 14,5% procedente de São Paulo. Estes dados indicam uma situação que já pode ser considerada dramática tendo em vista que o Nordeste

(27) REVISTA VEJA, publicada em 12.08.1977, pg. 136.

sempre foi exportador de feijão mulatinho. Convém observar que 1973 foi um ano agrícola normal.

T A B E L A 21

NORDESTE

VALOR DA COMERCIALIZAÇÃO DE FEIJÃO MULATINHO NAS
CEASA'S DE FORTALEZA, NATAL, JOÃO PESSOA E MACEIÓ
SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

1973

PROCEDÊNCIA DO PRODUTO	VALOR DA COMERCIALIZAÇÃO (Em Cr\$ 1,00)	%
1. Procedência Interna e de outros Estados do Norde <u>s</u> te	17.651.195	73,7
2. Procedência dos Estados do Centro-Sul	6.291.174	26,3
2.1 - Procedência de São Paulo	3.474.515	14,5
TOTAL (1+2).	23.942.369	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: SIM - Serviços de Informações de Mercado
das CEASA'S de Fortaleza, Natal, João
Pessoa e Maceió.

3) Fechamento e Limiar da Fronteira Agrícola

Com exceção apenas da pré-amazônia maranhense e do oeste da Bahia, praticamente quase todos os Estados da região já ocuparam suas áreas agricultáveis. Nestes dois Estado, as novas ocupações vem sendo realizadas quase que exclusivamente com base na grande propriedade. Os recentes e atualíssimos conflitos pela posse da terra entre posseiros e grandes proprietários/empresas mostram este fato. Na verdade, o brutal aumento da terra como reserva de valor associado ao crescimento do mercado urbano de

carne bovina, tem provocado o açambarcamento de ex tensas áreas pelos detentores de capitais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, visando-se, sobretudo, a instalação de grandes criatórios bovinos, e mais recentemente devido aos incentivos financeiros do prôalcool, a implantação de extensas "plantati - ons" de cana. Tanto as áreas novas da Bahia como as do Maranhão têm sido alvo desse processo concen trador. Dessa forma, a reprodução do modelo exten sivo de crescimento agrícola torna-se extremamente difícil pelo fato de que as relações de produção "prê-capitalistas" tipo arrendamento parceria etc. são quase inviáveis visto que no grande empreendi - mento capitalista estas relações são predominante mente capitalistas, isto é, baseadas no trabalho as salariado. No canavial o "bôia fria". Na pecuária o vaqueiro. Depreende-se, portanto, estar existin do um virtual fechamento da fronteira agrícola à produção familiar de subsistência baseada na peque na propriedade.

Para melhor elucidar o fenômeno acima descrito, basta dizer que entre 1970 e 1975, de acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, o Estado da Bahia te ve incorporados ao setor agropecuário, cerca de 3 milhões de hectares dos quais 2,8 milhões (93%) em estabelecimentos com tamanhos superiores a 100 ha. Ao pequeno estabelecimento de menos de 10 ha. foram apenas agregados 12,5 mil hectares, ou seja, menos de 0,4%.

No Maranhão foram incorporados cerca de 1,6 mi lhões de hectares dos quais 73% em estabelecimentos com mais de 100 ha. Neste Estado a situação da pe quena unidade familiar de menos de 10 ha. é particu larmente dramática em virtude de apresentar a mais elevada densidade demográfica em relação aos demais

Estados da região (Ver Tabela 22). Este fato chama a atenção haja visto ser o Maranhão o maior Estado nordestino em extensão territorial.

T A B E L A 22

NORDESTE

RELAÇÃO ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS
COM MENOS DE 10 Ha. REFERENTE AO NORDESTE E AOS ES-
TADOS DO MARANHÃO E BAHIA

1950/1975

ANOS	RELAÇÃO ÁREA/POPULAÇÃO OCUPADA NOS ESTABEL. DE MENOS DE 10 Ha.					
	MARANHÃO	NÚMEROS ÍNDICES	BAHIA	NÚMEROS ÍNDICES	NORDESTE	NÚMEROS ÍNDICES
1950	0,72	100,0	1,27	100,0	1,08	100,0
1960	0,67	93,0	1,13	88,9	0,91	83,5
1970	0,62	86,1	1,08	85,0	0,95	87,1
1975	0,56	77,7	0,95	74,8	0,84	77,1

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Além da dificuldade de acesso à terra pelo pequeno agricultor, tudo faz indicar que dentro de poucos anos a fronteira agrícola da região esteja no seu limiar. De qualquer forma, a incorporação das novas terras, caso mantenham-se os padrões institucionais vigentes de privilegiar a grande propriedade, é muito provável que esta expansão não mais ocorra nos moldes extensivos dos anos 50 e 60, aliás, como não vem ocorrendo.

IV - O AVANÇO DA PECUÁRIA E O ARREFECIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DE SUBSISTÊNCIA.

Colocou-se anteriormente que em vista das transformações nas relações de produção, da concentração da propriedade e do crescimento do mercado urbano de carne bovina, as pastagens voltadas para o criatório de gado tendem a se ampliar em todo o contexto do setor agropecuário nordestino.

Do ponto de vista econômico, a opção pela pecuária deriva fundamentalmente dos seus baixos custos de manutenção e, evidentemente, da falta de uma outra alternativa econômica mais rentável a nível do grande estabelecimento. Além desses aspectos também há que levar em conta as facilidades com que o setor creditício oficial sempre tem privilegiado a pecuária e, de uma forma geral, o grande proprietário.

Com efeito, mostra a Tabela 23 que em 1975 mais de 40% das terras do setor agropecuário nordestino se encontravam dedicadas às pastagens. Esta mesma participação em 1950 era de 32,1%. Por outro lado, vê-se que há um declínio na participação percentual das terras incultas e das matas ao longo do período 1950/1975. A explicação é de que cada vez mais estas reservas são utilizadas na formação de pastos.

T A B E L A 23
NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS
1950/1975

ANOS	U T I L I Z A Ç Ã O D A S T E R R A S								TOTAL (Em Ha.)
	LAVOURAS (Em Ha.)	%	PASTAGENS (Em Ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em Ha.)	%	MATAS (Em Ha.)	%	
1950	5.333.804	10,1	16.985.844	32,1	15.351.094	29,1	15.150.228	28,7	52.820.970
1960	8.729.791	15,0	21.631.111	37,1	12.533.742	21,6	15.392.661	26,4	58.287.305
1970	10.322.871	14,7	27.874.823	39,8	15.319.248	21,9	16.525.402	23,6	70.042.344
1975	11.631.817	15,5	30.553.070	40,7	15.328.275	20,4	17.492.456	23,4	75.005.618

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: FIBGE - Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975.

Ao analisar-se a expansão da pecuária do ângulo dos estabelecimentos agrícolas, observa-se que ao longo do tempo, como então não poderia deixar de ser, os grandes estabelecimentos vêm dedicando cada vez mais terras à implantação de pastagens, como se pode perceber nos dados constantes das Tabelas 24, 25, 26 e 27, ao mesmo tempo em que tendem a diminuir as áreas dedicadas às lavouras. Neste último caso deve ser ressaltado que as culturas industriais tipo cana e cacau tendem a crescer em vista dos estímulos oficiais que recebem (culturas de exportação) sendo, dessa forma, rentáveis do ponto de vista do capital. Do ponto de vista das culturas alimentares praticadas pelos pequenos agricultores no interior dos grandes estabelecimentos localizados nas áreas semi-áridas e no sertão a situação é inversa em vista dos motivos já explicitados. Enfim, mostram as referidas Tabelas que os estabelecimentos com dimensão superior a 100 ha. reduziram em seu conjunto a participação das áreas de lavouras entre 1960 e 1975. O ano de 1970 de certa forma deve ser considerado atípico em vista da estiagem nele ocorrida.

Quanto ao pequeno estabelecimento com menos de 10 ha. observa-se que a tendência, ao longo do tempo, é ampliar cada vez mais a sua área de lavoura e portanto reduzir as pequenas reservas de matas e terras incultas. Estas que representavam 22% em 1950 passaram para apenas 7,5% em 1975. As pequenas áreas de pastagens têm permanecido suas participações percentuais praticamente constantes. Finalmente depreende-se que as áreas de lavoura vem crescendo em maior velocidade que as áreas úteis totais nos pequenos estabelecimentos. De fato, ao passo que aquelas cresceram em 230,0% entre 1950 a 1975, estas se ampliaram em 166,7%. Estes dados informam que em pouco tempo não haverá mais espaço no âmbito do pequeno estabelecimento para a expansão das culturas alimentares. Considerando que a baixa produtividade neste estrato não vem sendo compensada pela incorporação de mais terras ao processo produtivo, é de se concluir que quando esta possibilidade tornar-se

inexequível haverá uma drástica e continuada queda na produção de alimentos. Em outras palavras: o ritmo de crescimento que atualmente vem declinando, passará a ser violentamente negativo.

O fato relatado acima, torna-se ainda mais dramático quando se examina a ocorrência do fenômeno a nível do pequeno estabelecimento com área inferior a 5 hectares. Neste, como mostra a Tabela 28, as áreas de lavouras já englobavam em 1975 quase 83% da área total dos estabelecimentos. De outro ângulo, vê-se que as reservas em terras incultas e matas já estavam próximas do fim. O problema assume maior relevância quando se sabe que praticamente a metade da população rural do Nordeste subexiste nestas pequenas glebas.

NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1975

GRUPOS DE ÁREA	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS								TOTAL
	LAVOURA (Em ha.)	%	PASTAGENS (Em ha.)	%	MATAS (Em ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em ha.)	%	
Pequeno Estabelecimento (menos de 10 ha.)	2.881.017	70,4	723.444	17,7	180.162	4,4	305.981	7,5	4.090.604
Médio Estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	4.083.079	23,7	6.572.165	38,1	2.969.081	17,2	3.617.565	21,0	17.241.890
Grande Estabelecimento (mais de 100 ha.)	4.667.721	8,7	23.257.461	43,3	14.343.213	26,7	11.404.729	21,3	53.673.124
N O R D E S T E	11.631.817	15,5	30.553.070	40,7	17.492.456	23,4	15.328.275	20,4	75.005.618

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censo Agropecuário do Brasil de 1975

NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1970

GRUPOS DE ÁREA	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS								TOTAL
	LAVOURA (Em ha.)	%	PASTAGENS (Em ha.)	%	MATAS (Em ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em ha.)	%	
Pequeno Estabelecimento (menos de 10 ha.)	2.580.461	66,6	637.048	16,4	202.108	5,2	547.365	11,8	3.876.982
Médio Estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	3.850.668	22,9	6.100.293	36,3	3.257.931	19,4	3.600.018	21,4	16.808.910
Grande Estabelecimento (mais de 100 ha.)	3.891.742	7,9	21.137.482	42,8	13.065.363	26,5	11.261.865	22,8	49.356.452
N O R D E S T E	10.322.871	14,7	27.874.823	39,8	16.525.402	23,6	15.319.248	21,5	70.042.344

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censo Agropecuário do Brasil de 1970

NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1960

GRUPOS DE ÁREA	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS								TOTAL
	LAVOURA (Em ha.)	%	PASTAGENS (Em ha.)	%	MATAS (Em ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em ha.)	%	
Pequeno Estabelecimento (menos de 10 ha.)	1.775.814	66,8	488.279	18,4	116.766	4,3	279.475	10,5	2.660.334
Médio Estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	3.183.227	24,7	4.419.155	34,2	2.647.438	20,5	2.651.950	20,6	12.901.770
Grande Estabelecimento (mais de 100 ha.)	3.770.750	8,8	16.723.677	39,1	12.628.457	29,6	9.602.317	22,5	42.725.201
N O R D E S T E	8.729.791	15,0	21.631.111	37,1	15.392.661	26,4	12.533.742	21,5	58.287.305

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censo Agropecuário do Brasil de 1960

T A B E L A 27
NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS
1950

GRUPOS DE ÁREA	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS								TOTAL
	LAVOURA (Em ha.)	%	PASTAGENS (Em ha.)	%	MATAS (Em ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em ha.)	%	
Pequeno Estabelecimento (menos de 10 ha.)	872.547	56,8	240.262	15,7	83.666	5,5	337.515	22,0	1.533.990
Médio Estabelecimento (de 10 a 100 ha.)	1.875.578	20,4	2.511.460	27,3	1.760.881	19,2	3.038.067	33,1	9.185.986
Grande Estabelecimento (mais de 100 ha.)	2.585.679	6,1	14.234.122	33,9	13.305.681	31,6	11.975.512	28,4	42.100.994
N O R D E S T E	5.333.804	10,1	16.985.844	32,1	15.150.228	28,7	15.251.094	29,1	52.820.970

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE - Censo Agropecuário do Brasil de 1950.

T A B E L A 28
NORDESTE
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 5 HECTARES
1950/1975

ANOS	LAVOURA (Em Ha.)	%	PASTAGENS (Em Ha.)	%	MATAS (Em Ha.)	%	TERRAS INCULTAS (Em Ha.)	%	TOTAL (Em Ha.)
1950	509.264	68,9	77.910	10,5	33.328	4,5	118.325	16,0	738.827
1960	1.150.039	78,9	173.645	11,9	29.827	2,0	103.950	7,1	1.457.461
1970	1.583.404	79,7	208.684	10,5	88.885	4,5	105.947	5,3	1.986.920
1975	1.958.740	82,7	252.017	10,6	49.714	2,1	109.258	4,6	2.369.729

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Agropecuários do Brasil, 1950, 1960, 1970 e 1975

V - CONCLUSÕES

A principal conclusão após o exame da estrutura e do processo de expansão da economia agrícola do Nordeste é a de que há uma nítida tendência à exaustão do modelo extensivo de crescimento ainda prevalecente.

Esta tendência, por sua vez, se assenta nas seguintes causas determinantes:

- a) As recentes mudanças nas relações de produção, nas quais as formas "pré-capitalistas" estão sendo substituídas pelo trabalho assalariado ensejando, dessa forma, o desemprego rural, a redução no ritmo do crescimento da produção de subsistência, o aumento da pressão demográfica sobre o pequeno estabelecimento agrícola e a expulsão do agricultor do campo;
- b) A impossibilidade de reprodução do modelo extensivo ao longo do deslocamento da fronteira agrícola, visto que a incorporação de novas terras à agropecuária da região vem ocorrendo de forma altamente concentrada em grandes estabelecimentos, que tendem a funcionar sob a égide da produção capitalista.

Deduz-se, por outro lado, que esta paulatina "desestruturação" do setor rural reflete-se no crescimento cada vez maior do subproletariado urbano sem que, para isso, houvesse introdução substancial do progresso técnico na agropecuária do Nordeste que fosse capaz de elevar a produtividade no seu todo. A propósito, adverte o Banco do Nordeste do Brasil em amplo diagnóstico realizado em 1977/1978 sobre o desenvolvimento da região:

"(...) Se é pretensão evitar que se exacerbe o crescimento urbano regional faz-se necessário ter sempre em vista um posicionamento racional no

que concerne a quaisquer das transformações e modernizações (desejadas e necessárias) a imprimir ao setor rural nordestino, evitando-se, por exemplo, que a introdução indiscriminada de tecnologias expulsoras de mão-de-obra, que a protelação de reformas institucionais conducentes a permitir o acesso à terra a um número mais amplo de agricultores, ou que a pecuarização indiscriminada de antigas áreas de lavoura venham a gerar transferências ainda maiores de população para os quadros urbanos"... (28)

Obviamente que o posicionamento racional de que fala o Banco do Nordeste do Brasil, no sentido de evitar que se exacerbe o crescimento urbano regional, depende da racionalidade do processo de acumulação capitalista que atualmente se desenvolve no Nordeste e no Brasil, no campo e na cidade. E o sentido dessa racionalidade é exatamente o contrário: "desestruturar" o campo e "superpovoar" as cidades.

Reconhece também, o Banco do Nordeste, a necessidade de modernização do setor rural nordestino, muito embora advirta que esta modernização deva ser realizada sem a utilização indiscriminada de tecnologias expulsoras de mão-de-obra. Na verdade, a elevação da produtividade é a opção que resta no sentido de se dinamizar o crescimento agrícola da região, caso não se modifique a estrutura fundiária. Por outro lado, a utilização de modernas tecnologias, expulsoras ou não de mão-de-obra, implicaria na elevação dos custos de produção. Este último aspecto é particularmente importante, sobretudo quando se trata de aumentar os custos numa agricultura praticada à base de terras de baixa fertilidade e trabalho familiar, isto é, sem custos, por isso mesmo fugindo aos mecanismos de preços e portanto das regras do mercado, como é o caso da agricultura de subsistência no Nordeste.

(28) Banco do Nordeste do Brasil - Revista Econômica do Nordeste, pg. 210.

A principal observação a fazer é de ordem mercadológica. Na realidade, se houvessem estímulos de mercado suficientemente capazes de elevar a oferta de produtos agrícolas alimentares seria bastante factível que ocorresse uma resposta positiva pelos agricultores (inclusive pelos setores mais capitalizados) no sentido da absorção de tecnologia mais produtiva. Entretanto, isso não vem ocorrendo. O fato é que o perfil concentrado de distribuição de renda a nível das populações urbanas apresenta-se como um forte obstáculo ao aumento da produtividade agrícola, além da própria inelasticidade-renda inerente à demanda de produtos agrícolas. Neste sentido, a firma Graziano e Oriowaldo Queda:

"dada a persistência de um padrão de distribuição de renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir baixo poder aquisitivo. Assim, o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria proporcionar às áreas rurais através dos mecanismos de preços (aumento da demanda → aumento do preço → aumento da oferta) não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: é que o preço dos gêneros não pode elevar-se devido ao baixo poder aquisitivo da maior parte da população (29)

Da mesma forma acrescenta Ruy Miller Paiva que:

"A difusão de técnicas modernas por maior número de agricultores, além de depender de elementos convencionalmente conhecidos (nível de conhecimento, disponibilidade de recursos, relações favoráveis de preços, etc), está sujeita a um limite impos

(29) SILVA, José F. Graziano e QUEDA, Oriowaldo - Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos, pg. 127.

to pelo desenvolvimento do setor não-agríco
la ". (30)

Portanto, é bastante improvável que num horizonte de tempo próximo, haja modernização da agricultura de subsistência, mormente no Nordeste onde a renda per capita além de baixa (50% em relação à média brasileira) encontra-se extremamente concentrada. Pelo visto, a produção de alimentos continuará confinada à pequena unidade familiar que, dados os fatores estruturais nesta monografia enfatizados, já adota o "grau máximo" de modernização, no dizer de Ruy Miller Paiva.

Preocupa-se, também, o Banco do Nordeste, com a pecuarização indiscriminada que vem acontecendo na região, e com ela, o desemprego. Em realidade, como já se observou, o avanço da pecuária extensiva a nível das médias e grandes propriedades tem sido a única alternativa econômica viável capaz de assegurar a exploração dessas propriedades, no semi-árido e no agreste. O fato é que além de não interessar aos grandes e médios proprietários a prática de uma agricultura sujeita aos riscos naturais da instabilidade climática, a relação de preços entre este tipo de agricultura e a pecuária tem favorecido muito mais a esta. Tanto assim é verdade que áreas tradicionalmente dedicadas ao plantio do algodão consorciado com culturas de subsistência sob formas de produção "pré-capitalistas", portanto sem custos para o dono da terra, estão se transformando em pastagens. Outrossim, há que se levar em consideração o respaldo do crédito subsidiado para esta transformação.

Concretamente, configura-se no Nordeste uma divisão intra-regional do trabalho pela qual as áreas semi-áridas e agrestinas se dedicam cada vez mais à pecuária e a zona da mata que, movida pelo álcool, expande a cultura canavieira. Dessa forma, resta tão somente ao pequeno estabelecimento as culturas alimentares, que como já se observou, tendem a reduzir o ritmo de crescimento.

(30) PAIVA, Ruy Miller - Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Uma Reformulação, pg. 152.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ANDRADE, Manoel Correia - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL DO NORDESTE. SUDENE, série Estudos Regionais, 2ª Edição, 1979. Recife.
2. ANDRADE, Manoel Correia - TERRA E HOMEM DO NORDESTE. SUDENE, série Estudos Regionais, 3ª Edição, 1978. Recife.
3. BANCO DO NORDESTE do Brasil - DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: DIAGNÓSTICO E SUGESTÕES DE POLÍTICAS. Revista Econômica do Nordeste nº 2, abril/junho, Volume 10, 1979. Fortaleza.
4. CARNEIRO, Ricardo - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E EMPREGO NA AGRICULTURA DO NORDESTE. Mimeografado, 1980.
5. CASTRO, Antonio Barros - SETE ENSAIOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA. Editora Forense, São Paulo, 1969.
6. COSTA, Antonio Vieira - A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL E OS PEQUENOS AGRICULTORES, 1969/1975. FGV/EBAP (Tese de MS). Rio de Janeiro.
7. FURTADO, Celso - FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969, 9ª Edição.
8. FUNDAÇÃO IBGE - CENSOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975. Rio de Janeiro.
9. OLIVEIRA, Francisco - A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA. Seleções CEBRAP 1. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1977.
10. PAIVA, Ruy Müller - MODERNIZAÇÃO E DUALISMO TECNOLÓGICO NA AGRICULTURA: UMA REFORMULAÇÃO in Pesquisa e Planejamento Econômico- IPLAN, Vol. 5, nº 1. Rio de Janeiro, 1975.
11. PATRICK, George F. - DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO NORDESTE IPEA, Coleção relatórios de pesquisa. 1972, Rio de Janeiro.

12. PRADO, Caio Jr. - A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. São Paulo, Editora Brasiliense.
13. SÃ, Francisco Jr. - O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NORDESTINA E A FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA. Seleções CEBRAP 1- Ed. Brasiliense. São Paulo, 1977.
14. SILVA, J.F. Graziano - ESTRUTURA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.
15. SILVA, José F.Graziano e QUEDA, Oriowaldo - DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E POSSE DA TERRA NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS in Capital e Trabalho no Campo. Ed. Hucitec. São Paulo, 1977.
16. VEJA, Revista - NORDESTE: SOLUÇÃO AGRÍCOLA. Edição de 12.10.1977. São Paulo, Abril Cultural.